

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ ALBERTO KOZERSKI

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA É REAL?

CURITIBA  
2018

JOSÉ ALBERTO KOZERSKI

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA É REAL?

TCC apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização do Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Isabel Limongi

CURITIBA  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos professores da UFPR pela dedicação e pelos conhecimentos transmitidos. Aos colegas acadêmicos que conviveram conosco nos dias de aula, principalmente os colegas e o povo de Prudentópolis que nos receberam entusiasmamente. Em especial agradecemos a nossa orientadora:

A Prof<sup>ª</sup>. Maria Isabel Limongi

## **RESUMO**

A política está sendo criticada com muito rigor, os políticos que ali estão foram eleitos. Como foram eleitos? Eleitos pelo nosso sistema representativo, portanto cidadãos de pleno direito tiveram sua oportunidade nas eleições de suas respectivas estâncias para passar uma procuração aos representantes. Muitos foram eleitos por várias legislaturas, com votos de um número significativo de simpatizantes. Por que essas pessoas votaram neles? Porque lhes deu a devida atenção? Então, qual a reclamação? Esse é objeto de nossa pesquisa que relatamos os questionamentos sobre a representação, se ela é real? Se os representantes estão atendendo a sociedade que leles representam? Situações que fizeram com que se chegasse aos nossos dias com as defecções alegadas. Pesquisamos o papel dos meios de comunicação na maneira como “conduzem” a opinião pública., a participação omissa dos agentes da educação na conscientização dos nosso cidadãos para a participação ativa no seu meio. Como o sistema político atua para a preservação do poder sob seu controle.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleições, representação política, história

## **ABSTRACT**

The Politics field is being much criticized. The candidates that were elected, how were they elected? Elected by our representative system. Therefore, citizens in their right had their opportunity on the elections to pass a public procurement to the public representative ones. Many were elected by several legislatures in row, with votes from a significant number of supporters. Why did these people vote for them? Why did people pay attention to them? So, what is the people's complaint? This is the object of our research, what are the questions about the public representation, is it real? If the representatives are in a society they represent? Situations that made it to our days as alleged defections. We investigate the role of the media in the way they "conduct" public opinion. The participation of teachers of education in citizenship for an active participation in their environment. How the political system can be preserved to be under its control.

**KEY-WORDS:** Elections, political representation, history

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
DEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO.....	08
HISTÓRICO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	12
PARTICIPAÇÃO DO POVO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL.....	16
FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	22
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AUTÔNOMA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

## INTRODUÇÃO

Como professor de história e de filosofia há mais de dez anos e político há vários anos, como vereador e estudioso da área percebemos que os alunos do ensino médio estão demonstrando um desinteresse muito grande pela política, bem como, tem manifestado conhecimento aquém do que um aluno/a deste nível de ensino deveria ter. Com as informações que existem em nosso meio e das diversas maneiras de se informar. No entanto, o que percebemos é que existe uma necessidade premente de reforçarmos a formação nesta área. A pergunta é, como?

Como a carência de formação nesta área é significativa devemos dedicar nas aulas de filosofia um maior espaço para trabalhar este assunto. Hoje o currículo contempla a filosofia política praticamente só na 3ª série, com discussão, distantes da realidade. A origem da cidadania? Das leis? Das representações? Do porquê das coisas? Que é democracia? A origem da democracia? Isso até é mais estudada, neste caso, com a relação aos dias atuais. Como chegamos aos nossos dias com esses costumes? A religião? A maneira de se vestir, a nossa maneira de ver o mundo de certa forma foi conduzida por atitudes de comando e de poder que moldaram a nossa maneira de pensar, o valor que damos para as coisas.

Entendemos que esse trabalho pretendeu avançar e tentar esclarecer, também criticar como são realizadas as eleições no Brasil, com a alegada participação do povo neste processo. Sabedores que somos que os partidos políticos existentes no país que deveria ser “PARTES” de nossa sociedade são apenas siglas para abrigar e oportunizar às pessoas os meios para chegar e manter o poder, como já apregoava Nicolas Machiavel em seu famoso livro “ O PRÌNCIPE” que infelizmente é o livro de cabeceira dos nossos prepostos. Por isso tentamos demonstrar e propor possíveis “remédios” para esses desvios que existe em nossa representatividade. Os meios de comunicação atuam para esclarecer, denunciar abusos, divulgar alternativas? Ou estão a serviço dos interesses de grupos oligárquicos? De manter o poder concentrado em seus patrocinadores e suas famílias? Poderia questionar também por que se constituíram? Para divulgar nova ideias, projetar nossa cultura, noticiar acontecimentos bons, bem como trágicos de maneira isenta? Não pretendemos aprofundar a pesquisa nesta área, nosso principal objetivo é demonstrar a necessidade de leis que incorporem os desejos

de todas as camadas sociais. Evidente que muitos desejos são induzidos aos nossos cidadãos pelas lideranças e grupos que dominam as “mídias”. Como mudar isso para que os reais interesses da população sejam atendidos? Que seus representantes “brotem” das bases e não sejam “empurrados” com subterfúgios ilusórios apenas para conquistar o poder? Como podemos mudar uma legislação se os agentes encarregados disso estão viciados e comprometidos com seus “patrocinadores”? Como mudar isso? Como eleger alguém que não está envolvido no processo, com a quantidade imensa de assessores em seus gabinetes? Como enfrentar a estrutura de poder, com as emendadas parlamentares e com quantidade enorme de auxiliares? Onde os políticos utilizam nossos recursos para criar no imaginário popular a realização de obras e eficiência no atendimento aos doentes, com convênios com instituições de saúde e assistência aparentando preocupação com seus eleitores (clientes), benefícios que deveriam ser prestados diretamente pelo SUS. O exercício do cargo não deveria estar dedicado a formular leis adequadas para beneficiar os cidadãos e para fiscalizar melhor os recursos gastos pelo executivo? Não permitir abusos de privilégios como existe hoje em algumas categorias? Com pomposos recursos para “auxílio moradia” e retirando recursos de auxílios da maioria da população, são alguns exemplos para ilustrar a nossa preocupação com a legislação que poderá corrigir essas distorções flagrantes na legislação do nosso país. Como fazer com que os partidos oportunizem e estimulem à todos os seus filiados participação com igualdades de condições na disputa nas vagas de candidatos? Sabemos que hoje só pode ser candidato que tiver um “esquema” poderá ter condições de se eleger. Como modificar isso? Uma constituinte exclusiva poderia ser uma solução?

## DEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO do que se refere o Parágrafo único do Artigo primeiro da constituição quando fala em “ **O poder emana do povo e será exercido através de seus representantes e de maneira direta**” é que perguntamos. Será que os representantes correspondem com os anseios dos representados? No que Norberto Bobbio questiona se os cidadãos são ativos? (2006, p.51) ”Será que a democracia resolve os problemas da sociedade? ” O Bobbio escreve que Karl Popper “ que se distingue uma vantagem essencialmente, um governo democrático de não democrático é que apenas no primeiro o cidadão pode se livrar-se de seus governantes”( 2006, p.51). Dentro essas constatações percebemos que para haver uma participação das pessoas na vida pública é necessário que exista uma vontade de participação, senão os “mais ativos” tomam conta do processo e suas “vontades” prevalecem. A “ democracia representativa” que MIGUEL,L.F (2013, p. 13) ” Trata-se de um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões”. Por isso, o ponto crucial deste sistema de seleção de representantes deve ser mais criterioso. Todas a camadas da sociedade estão representadas? Como se constata a nossa representação não contempla as 50% de mulheres, pois só 10% são as representantes femininas. Outras categorias são mais representadas, os 4% de ruralistas que estão com super-representação com 40% do Congresso nacional. Como controlar e adequar a representação à composição da sociedade? Por que essa representação fica tão distorcida? Eis aqui o nosso principal questionamento do que é representação? Como conseguir provocar o despertar para a conscientização? Como tornar ativo os nossos cidadãos?

Hoje grandes pensadores discutem os aspectos da democracia sua ativa participação da população nas decisões. Quando falamos em participação entendemos que todas as pessoas querem realmente serem ativos, no entanto o que constatamos é que grande parte da população não quer se envolver em qualquer tipo de discussão e planejamento, onde a lei prevê audiência pública, para a elaboração das leis na lei orgânica dos municípios, no entanto, a presença dos contribuintes é praticamente nula. O que fazer com isso? Como atrair, motivar e estimular as pessoas a se fazer presente nestes eventos? Existe fórmulas “

mágicas” farão o papel de reavivar a cidadania? Uma ideia importante está justamente na escola desde os primeiros momentos em que a criança começa a entender o funcionamento da sociedade. Uma das causas que mais dificulta, inibe e prejudica o interesse das pessoas em participar é a propaganda negativa que vários setores da sociedade especialmente a mídia fazem diariamente expondo com muita ênfase as deficiências da classe política. A classe política também faz por merecer o descrédito, porque deixa transparecer suas intenções de “conquistar e manter poder” como dizia Maquiavel o que seria o “virtu” deixam explicitamente essas intenções, o que faz com que a população se sentindo usada, evita qualquer “reunião” que tenha conotação política, só comparecendo nestas reuniões a maioria daqueles que controlam o poder e seus asseclas.

Uma vertente importante da população se omite em razão de não se achar competente para participar de qualquer discussão, pois entende que pessoas mais habilitadas tem a obrigação de discutir os assuntos relativos a administração pública, acreditando que os seus representantes e pessoas “mais estudadas” estão mais preparados para resolver os seus interesses. Omissão, negligência, ou acomodação faz com que as pessoas mais “poderosas” tenham o espaço liberado para executar seus planos de dominação.

Aspecto importante também é o fato de: teoricamente tentarmos fazer com que todas as camadas da sociedade tenham espaço e representação nos parlamentos, com uma legislação adequada para proporcionar com que todas as camadas sociais tivessem “voz e vez” em todas as instituições: municipais, estaduais e federal. Como fazer isso? Se as leis são votadas pelos parlamentares eleitos e como a reeleição é liberada sempre haverá a predominância as leis atuais, ou ampliando os mecanismos de favorecimento aos atuais parlamentares. UM grande movimento popular poderia pressionar os “representantes” para mudar a legislação. Quem iria liderar esse movimento? Os partidos políticos? Setores da sociedade civil? Quem patrocinaria? Os meios de comunicação? Afinal percebemos que nos deparamos em uma “sinuca de bico”, não existe ambiente para essa mudança na legislação. Porque todos os questionamentos que fizemos em relação as instituições que poderiam mudar as regras atuais, estão todos em confortáveis privilégios, por isso é distante a possibilidade de qualquer aperfeiçoamento, nas atuais circunstâncias.

Como é sabido a nossa democracia tem origem na Grécia Antiga, justamente com mudança de legislação iniciada com Sólon, quando criou a “boule” a aristocracia participava nas decisões com um grande número de representantes, e extinta a escravidão por dívidas. Mas com Clístenes a divisão em tribos e permitindo que todas as categorias sociais pudessem participar e Atenas conseguiu se destacar e deixar esse legado para todo o mundo ocidental. Mesmo com ressalvas, pois não participavam as mulheres os escravos, os estrangeiros. Também levar em conta que o território era limitado a cidade de Atenas. No entanto, essa democracia direta, hoje quase impossível para se estabelecer em grandes áreas, serviria de modelo pela diversificação e ampliação dos setores sociais que participavam.

Quando falamos da adequação legislativa para proporcionar a participação de todos os setores na representação nos deparamos com um sério problema. Os setores da sociedade, hoje subrepresentados, estariam preparados para assumir funções no parlamento? Temos dúvidas sobre isso, porque toda a cultura de nossa sociedade foi “moldada” para aceitar a atual “regra do jogo”. Como quebrar essas regras? Entendo que todo o processo deverá começar na escola, a partir dos primeiros anos do ensino fundamental, intensificando no ensino médio com exercícios de cidadania na escola, com práticas pedagógicas, envolvendo os alunos nas decisões: não só no ambiente escolar, mas em todos os eventos do poder local, em todas as obras a serem realizadas deveriam ser discutidas, as sua real necessidade; a maneira de sua realização; os preços praticados; o acompanhamento dos orçamentos municipais; estaduais, e federais.. Ou seja, em todas disciplinas, para haver uma disseminação da ideia, caberia a cada uma das disciplinas envolver os alunos/as na execução das obras, nas despesas orçamentárias, na arrecadação, de onde vem essa arrecadação, quais os setores que pagam os impostos, percentual desses impostos. Afinal fazer com que a criança desde pequena se situe, e participe na vida de sua cidade, do seu estado e do seu país. Quem conhece e entende será um “cidadão ativo” como diz Norberto Bobbio.

A representação pode ser aquela que o cidadão passa para um advogado para atender os seus interesses nos negócios, na justiça, ou em qualquer outra atividade, mesmo não sendo advogado, quando uma pessoa está ausente, ou distante, de algum procedimento é comum passar uma procuração para que a pessoa que recebe essa atribuição atende os interesses do procurado naquele local

ou estabelecimento, muito comum em empresas onde o gerente oficial é representado por outra pessoa com amplos poderes, que são exercidos com fidelidade satisfatória na maioria das vezes. Quando os interesses do **representado** forem contrariados, imediatamente a procuração é cassada unilateralmente. Como fazer isso com os **representantes** no parlamento que se elegem com um propósito e ao adquirir o poder, fazem com que interesses escusos tenham prioridade. O que fazer? Esse é o grande obstáculo que os representados enfrentam sem solução à vista. Normalmente os representantes desde o início não tinham nenhuma característica de atuarem da maneira que o eleitor esperava. Então o que foi que induziu o cidadão/ã a acreditar nesta pessoa? Várias explicações são possíveis, desde dos custos de campanha, da seletividade antecipada que a legislação eleitoral proporciona; do despreparo da grande maioria das pessoas para enfrentar uma campanha eleitoral; pelos estrutura que os mandatários de plantão possuem para cooptar “clientes”, tal como, emendas parlamentares, atendimento às pessoas com necessidades, usando recursos públicos como se fossem seus, a grande quantidade de assessores pagos pelo dinheiro público para atender os eleitores, que sendo atendidos em seus interesses individuais serão gratos e recompensarão com o voto, quantas vezes forem requisitados. O que pessoas que querem ser candidatos que estão fora deste sistema, terão grande dificuldades para enfrentar uma campanha. Além de automóveis, correio, passagens aéreas, etc. que quem está ligado ao “poder” tem sempre uma estrutura à sua disposição.

Os questionamentos sobre a classe política e seus eleitores, (representantes e representados) em grande parte do tempo tem acontecido como diz Génèreux (2003,p.76): ”para decifrar o paradoxo, precisamos, ir mais fundo na política, em democracia. Assim, vamos descobrir que os eleitores nem sempre estão querendo o que querem! ”. E continua Génèreux com sua reflexão: “Estão, na verdade, sujeitos às leis de um mercado, que não se trata de mercado econômico multinacional, nem dos mercados financeiros: estão submetidos à *tiranía do mercado político*”. Com isso fica muito difícil constatar e conduzir as políticas públicas adequadamente porque os desejos momentâneos da população diferem das necessidades, pois são induzidos por falsos líderes ou pelos meios de comunicação a pedir “algo” que não contemplará seus reais desejos.

Outro fator importante que existe nos partidos políticos que Génèreux (2003, p.77) “Trata-se de um processo de livre concorrência pelo poder, do qual saem vencedores os partidos, ou coligações de partidos, que obtiverem uma fração suficiente de votos expressos”. Não existe a preocupação com o benefício da sociedade, mas sim conquistar o poder de qualquer forma é como diz Génèreux “(...)que os políticos são estimulados a agir como qualquer empresário na disputa um mercado qualquer”. Continua sua análise que concordamos com Génèreux“(...)a vida política tem todas as chances de seduzir os indivíduos motivados pela ambição pessoal e pelo gosto do poder, assim como os negócios atraem os indivíduos ávidos por lucro”.

Se fizermos um recorte da atualidade brasileira no que se refere a população e suas reais capacidades e “vontades” em assumir o seu destino, haveria a possibilidade de frustração, porque grande parte da população teria dificuldade em assumir qualquer responsabilidade para dirigir e conduzir atividades de características públicas, Como detectou BAQUERO.M.(2007) em sua coletaânea , em Porto Alegre. Como o existencialista Sartre: “ Somos condenados a ser livres”, todos querem ser livres, no entanto, não querem o ônus de suas decisões, é preferível que outros assumam, e com isso, aproveitam esse descaso das pessoas para atingir seus objetivos egoístas. Como quebrar esse ciclo vicioso? Onde as pessoas se sentem representados até por ditadores, entendem que aquela pessoa que age com violências que provoca um discurso “moralista” lhe representa, por isso, não se preocupa em estudar, investigar, se reunir com outras pessoas para questionar, se acomoda e “lava as mãos” e se não der certo fica fácil culpar os “políticos” pelos males do dia a dia.

## **HISTÓRICO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

As características de cada período são diferentes, diga-se de passagem, muito diferentes. O que produz esse pensamento? Essa tradição? Essa cultura? Seria o medo daqueles que capturaram o poder? Recorrendo a história, verificamos que no período medieval o poder foi se constituindo em torno dos mais fortes, da

igreja, dos nobres, dos príncipes, em grande parte: a força, a habilidade em liderar grupos, as capacidades de amedrontar os mais fracos, e outras táticas. A aceitação das pessoas que se submetiam a esses líderes era extinto de sobrevivência somente que os tornava submissos? Pode ser que sim, mas a cultura da época legitimava aqueles procedimentos, por isso é que foram mantidas as práticas. Por isso tantos santos da igreja católica, neste período, que se tornaram mártires por contradizer os “poderosos da época. São Francisco de Assis é um exemplo daqueles tempos, quando questionou as práticas da igreja, que tolerava o luxo da nobreza. O clero aceitava a miséria, se aproveitava dos mais ricos para construir suas igrejas perdoando os pecados e permitindo a exploração dos servos pelos “senhores”. Francisco rompeu com seu pai que tinha vários empregados, enfrentou as tradições da igreja rica e fundou uma ordem religioso com princípios da religião original, sem se preocupar com os costumes da época. Portanto, existe possibilidades de mudanças com lideranças fortes e determinadas como foi São Francisco, que até nossos dias, suas ideias são referências e servem de balizamento para atitudes das pessoas que acreditam em um mundo melhor.

A cultura de um povo deve ter referências para atuar no seu dia a dia, como no período moderno, quando se mudou o pensamento para a legitimação do absolutismo, foi se constituindo aos poucos com pensadores que olhando para o comportamento da época, criaram as justificativas para que um rei como pensava o bispo francês Jacques Bossuet, Arruda (1975.p.62 “(...) que escreveu Política, cujas ideias foram tiradas das próprias palavras da Sagrada Escritura. Para ele a autoridade do rei é sagrada e absoluta por que emana de Deus”. O Bispo Bosseut como grande liderança religiosa justificou e induziu toda uma sociedade. Verdade não foi somente ele, mas foi corroborada por várias outras pessoas que tinham influência sobre aquelas pessoas que aceitaram serem **representados** pelos reis da época, como seus legítimos **representantes**. Isso perdurou por várias décadas. Ideias essas que só foram sendo revogadas com revoluções, como aconteceu na no Reino Unido e na França, bem como nos EUA. No decorrer dos tempos outros pensadores tiveram suas concepções a respeito das relações entre povo e poder, (representantes e representados) como Tomas Hobbes que entendia, em razão de conviver com as revoluções inglesas entendia que o povo deveria conceder o poder ao estado representado por algo como o estado em forma de um monstro o “Leviatã”

que colocaria em ordem as relações pois “O homem é o lobo do homem” conseguiria controlar a maldade das pessoas. Já John Locke entendia que, ninguém nasce com poder, como era crença na época, que os reis deveriam ter seu poder reduzido, que os membros de um parlamento representariam melhor o restante da população com isso seriam controlados os abusos imperiais de um só rei, dando início a uma nova concepção de **representação**, com um maior número de pessoas representariam os demais indivíduos, evitando a concentração e os abusos no exercício do poder, a divisão em três poderes: executivo, legislativo e judiciário seria outra forma de garantia de equilíbrio e proteção para os cidadãos. John Locke com outras lideranças que, após as revoluções sangrentas do reino Unido conseguiram implementar um sistema equilibrado e conciliador, trazendo a paz esperada naqueles países. Junto com isso a **Declaração de Direitos do homem de do Cidadão** que emancipou os cidadãos britânicos. Após esse período a Inglaterra proporcionou que ali se desenvolvesse a revolução científica, bem como, a revolução industrial. A Inglaterra, já tinha demonstrando em 1215 com a “Carta Magna” quando limitou o poder de João “Sem Terra”, demonstrando ser uma sociedade “ativa” também foi instituído o “Habeas Corpus”, mais uma medida de garantia do cidadão contra os abusos do poder. Instituto este que o mundo inteiro utiliza, nem sempre respeitado.

Os contratualistas como: Tomas Hobbes e John Locke, e também Rousseau, um dos iluministas franceses que entendia a sociedade diferente de Hobbes, pois acreditava que “todas as pessoas nascem boas e a sociedade que as corrompem”, tinha a convicção de que o “Contrato Social” nome do seu livro, deveria ser o processo adequado para um sociedade melhor onde o povo teria a força e concederia ao administrador o “Poder” para conduzir os destinos de acordo com “a vontade geral” e quando isso não acontecesse o rei poderia ser destituído pelo próprio povo, concepções de uma **representação** sujeita a apreciação dos **representados**. Filósofos ingleses de grande distinção no fortalecimento da democracia.

“Herdeiro do radicalismo filosófico capitaneado por gigantes como Jeremy Bentham (1748-1832) e James Mill(1773-1836), cujos pressupostos reformistas revolucionários impactaram seu tempo histórico, o jovem Stuart Mill avançou fundamentalmente além ao apresentar uma Democracia

Representativa-e econômica- com ideais a serem utilizados em todas as sociedades . A revolução filosófica na Inglaterra já visível desde os fins do século XVIII, esteava no apoio entusiástico deste grupo ao utilitarismo como filosofia moral e política da qual se esperava ser uma potência para a transformação da face política ocidental” de acordo com GOMES,E.T.VI C. I p. 276

Stuart Mill pensou no fortalecimento do modelo representativo de sociedade ,já acreditava ele que a mulher tinha todas as condições de votar e ser votada, o que veio a ocorrer somente no início do século XX. Com isso deduzir que é, com a emancipação das pessoas seria possível um avanço em nossa democracia, no iluminismo do período moderno já se vislumbrava a igualdade de gênero dentro da revolução francesa onde a professora Mary Wollstonecraft, também acreditava na força da mulher, e publicou: *A Vindication of the rights of woman*, em 1792, (Pinsky 2012-p.266) Mary acreditava que a mulher tinha todas as condições de assumir todos os papéis na sociedade naquele período, “Para ela, mulheres e homens tem o mesmo potencial para desenvolver talentos e habilidades, portanto, deveriam receber as mesmas oportunidades em termos de educação e participação social.” No auge da revolução todas as causas foram aceitas para a emancipação da mulher, no entanto, essa pretensão teve pouca adesão e as mulheres tiveram suas pretensões frustradas na época. Outras filósofas como Hanna Arendt com suas atitudes corajosas combateu o totalitarismo alemão durante o domínio nazista. A história demonstra que as grandes personalidades femininas com suas lideranças fizeram a diferença em alguns países como na Inglaterra da Rainha Elizabeth I, da Rainha Vitória que conseguiu expandir o domínio britânico por todo o planeta, uma mulher que Representou bem o seu povo. Por que hoje não se pode conceder para as mulheres as vagas no Congresso Nacional de acordo com a proporcionalidade que lhe é devida?

A representação como podemos discorrer até aqui nem sempre se torna real com representantes eleitos, pois estes, em várias oportunidades atuam diferentemente do que prometeram para os seus eleitores, por má vontade, ou porque não conheciam a máquina pública, ou pior, porque as propostas foram elaboradas por seus marqueteiros. Exemplo de presidente que representou melhor os desejos do povo brasileiro foi um presidente que chegou ao “Poder” em uma “revolução” ou “golpe”. Elaborou leis importantes para emancipar a mulher, os

trabalhadores, autonomia na educação, defendeu e criou o ambiente necessário, com estímulos para desenvolver a indústria nacional, orgulhando o povo brasileiro. Portanto, um representante sem aval da população. Uma das principais atitudes foi retirar o poder, que era conquistado pelo voto, das oligarquias rurais, dando poder maior ao povo, (considerado por muitos como um governo populista), mas proporcionou grandes melhorias para todos os setores da sociedade.

Portanto, hoje a nossa representação está falha. O que fazer para induzir na população para participar mais ativamente nos assuntos públicos? Como fazer com as pessoas “tomem gosto” em participar das discussões? Este é o nosso desafio, acreditamos que através da escola é possível introduzir neste ambiente a conscientização da necessidade da participação para que haja melhorias em toda a sociedade que é representada por pessoas, que em grande parte não correspondem com os anseios desta população. Porque foram apresentadas como candidatas (as) sem passar por uma análise de seus representados. Em parte, porque a legislação permite isso. Então o que fazer? Mudar a legislação. Como? Com conscientização a partir da escola, desde os anos iniciais e incentivando mais no ensino médio para envolver jovens com potencial de liderança para construir aos poucos e com persistência uma representação mais sintonizada com os anseios da população.

## **PARTICIPAÇÃO DO POVO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

O histórico brasileiro de representação é de certa forma comprometedor, desde o princípio da colonização portuguesa é de um grupo que **submete** e outro o **submetido**. Quando os portugueses aqui chegaram vieram para tomar parte de um novo território. A maneira que foi adotado pela coroa portuguesa foi distribuição em capitânicas hereditárias em 1534, para nobres portugueses e fidalgos, (filhos de algo), pois Portugal era um país pequeno e pouca população por isso não tinham homens suficientes para controlar o vasto território que o Papa havia lhes concedido pelo Tratado de Tordesilhas. Por isso, que quando foi feita a divisão que constituiu o início de um sistema de “dominadores” e “dominados” os que tinham o capital e os que tinham a força do trabalho, que inicialmente os índios foram as vítimas, os

degradados, e depois os africanos foram submetidos as mais terríveis jornadas com castigos inarráveis, para ajudar na construção de nossa pátria, onde alguns poucos usufruíam e outros eram explorados e submetidos aos caprichos de uma minoria. A colonização portuguesa tinha como objetivo explorar as “novas terras”, não havia por parte dos colonizadores desde o primeiro momento em 22 de Abril, quando Cabral colocou os pés no território americano nenhum plano para desenvolvê-lo, como o ouro cobiçado estava ausente, os primeiros 32 anos após a visita é foi novamente planejado uma ocupação, pois, franceses e ingleses estavam na eminência de se apossar de partes desta colônia abandonada é que os lusitanos se mexeram trazendo Martin Afonso de Souza para ocupar São Vicente. E em 1534 criaram as Capitânicas hereditárias. Para criar justificativas de posse.

Os nossos indígenas que foram alvo das ambições europeias para expandir o número de fiéis da igreja católica no projeto da contra reforma, alvo também do euro centrismo pois os habitantes do “primeiro mundo” não admitiam culturas “inferiores” por isso faziam parte do projeto civilizatório iniciado pelos jesuítas, no ensinamento de “boas maneiras” a alfabetização, o aprendizado no artesanato europeu, a disciplina, cantar, rezar e trabalhar, posteriormente foram protegidos dos religiosos pois a ânsia de desbravar e tomar conta dos sertões foram os objetivos dos bandeirantes que sem piedade aprisionavam os nativos para complementar a ausência de mão de obra nos centros urbanos da colônia, para aqueles que resistiam à morte era a nova companheira. Portanto, a submissão sendo o caminho mais fácil para atender as necessidades em dominar e tomar posse do território. Como era feito esse processo? Com algum tipo de discussão e participação? Ou pela força daqueles que tinham recebido as benesses da coroa: direta ou indiretamente. Quem tinha o poder de colocar o mínimo de racionalidade nas relações entre as diversas forças que habitavam este pedaço de mundo? A coroa estava interessada em ocupar a terra, descobrir o cobiçado ouro, e levar as riquezas para a metrópole sem se importar com a qualidade de vida dos habitantes destas terras.

Os portugueses que aqui vieram estavam interessados em se deitar com as índias e com as escravas sem se importar com as consequências de suas atitudes, gerando filhos que nasciam sem o compromisso e a responsabilidade de conduzir alguma coisa, mas sim obedecer, aos regulamentos dos patrões, suas vontades e

seus desejos. Como poderiam se constituir novas lideranças se desde a mais tenra idade foram treinados para obedecer?

Os movimentos de insurgência que brotaram na colônia foram todos sufocados, porque as elites que estavam insatisfeitas com a atuação da coroa ao perceber que os mais humildes e os escravos estavam reivindicando melhores condições de vida eram logo abandonados e entregues a própria sorte. Movimentos após a independência do Brasil tais como: Sabinadas, baianada, revolta dos males, cabanagem, e outros quando se percebia que os africanos queriam a abolição da escravidão logo era abandonado, apenas a inconfidência mineira, e a revolução Farroupilha conduzida pela elite teve consequências diferentes, com os mineiros sendo esmagados e o gaúchos tiveram um acordo onde não houve vencedores. Como percebemos a prática de alguma participação nos destinos das pessoas na colônia portuguesa da América não era prática comum na condução dos seus destinos, tanto os nativos que foram expulsos de suas terras como a grande imigração forçada de africanos para as novas terras tiveram a maior crueldade, os mais terríveis tratamentos e das práticas de submissão forçada que duraram por quatro séculos. Como exigir de uma população que aprendeu forçosamente a se submeter aos caprichos de seus donos? Como escolher seus representantes? Se sempre tiveram sendo representados por seus dominadores, que muitas vezes aliviavam a carga que eram submetidos esses seres humanos, por isso eram reconhecidos ainda com bondosos, pois tinham praticados atos de compaixão. No livro *Cidadania no Brasil* p.22 “Frequentemente, em vez de conflitos entre as autoridades e as grandes propriedades, havia conluio, dependência mútua”. Como eram escolhidas as pessoas que representariam os habitantes destas “terras”? De acordo com Murilo de Carvalho p. 22 “A autoridade máxima nas localidades, por exemplo eram os capitães-mores das milícias. Esses capitães-mores eram da investidura real, mas a escolha sempre feita entre os da grande propriedade”.

O início da autonomia política das “Terras Brasilis” , quando a Coroa portuguesa teve que sair de Portugal, em razão da ambição de Napoleão em conquistar a Europa em 1808, foi a opção da coroa em ser dominada por franceses, no entanto preferiu ser aliada dos ingleses. Quando a corte chegou ao Brasil uma

das primeiras atitudes foi exercer sua supremacia em exercer sua autoridade em acomodar a sua corte, como não havia residência, a coroa marcava as casas que queria ocupar para acomodar os membros da corte que estavam buscando um lugar mais segura para escapar do comando de Napoleão na Europa. Foi início da libertação e do fim do pacto colonial onde submetia a nossa produção a exclusividade dos comerciantes portugueses bem como o fornecimento de gêneros que necessitávamos eram fornecidos pelos portugueses. Com a presença em terras brasileiras da coroa portuguesa o fim da colônia era real mas quem tinha o domínio? A elite portuguesa, seus asseclas. A grande parte da população tinha uma grande alegria: adorar e idolatrar os membros da corte. A participação nas decisões era quase nula.

Portanto, nós brasileiros, que fomos desde o nascimento deste país, não tivemos nenhum exercício de participação, nem como representação. Quando surgiu a possibilidade de elaborar a primeira constituição após a independência, D. Pedro I, percebendo que seus poderes seriam limitados, desconvocou a Assembleia constituinte, e um grupo de notáveis elaborou a primeira constituição promulgada e, em 1824 com a ausência de participação representativa, mesmo assim com aplicabilidade razoável e o poder moderador que se tornou um instrumento interessante de rotação de políticos no comando na Nação. O Congresso tinha limitação para a participação, somente quem tinha uma quantidade de terra poderia ser eleito restringindo para apenas os mais endinheirados o poder para elaborar as leis, pois a votação ocorria segundo o livro Cidadania no Brasil p.29

"A constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, legislação brasileira era muito liberal. Podia votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100mil-reis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso de chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em de todos que tivessem independência econômica"

Até que por ser uma constituição elaborada por recomendação do imperador tenha libertado direitos até que amplos, mas sempre excluindo as classes inferiores

do processo. Havia eleições seguidas no período imperial. Juizes de paz eram eleitos a cada dois anos, para a Câmara de vereadores para senadores quando morria um pois os senadores eram vitalícios. A questão para Murilo p. 31” Como se davam as eleições? Que significavam elas na prática? Que tipo era esse que se apresentava para exercer seu direito político? Qual, era enfim, o conteúdo real deste direito? ” O questionamento fica evidenciado que as pessoas que votavam eram do mesmo perfil social dos trezentos anos de colônia de acordo com (Murilo,2001, P.32 , “sendo 85% analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo um alvará da justiça, uma postura municipal”, mais de 90% da população viviam na área rural sob a influência de grandes proprietários. “nas cidades os votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo”. (Murilo,2001 p. 32). Outro fator que determinava uma pressão maior de acordo com Murilo, era a Guarda Nacional, que foi formada para combater as revoltas internas, a qual era patrocinada pelos grandes proprietários rurais, com isso tinham o controle sobre suas atuações desta corporação.

Em todo o Período Colonial os habitantes da Colônia não tinha nenhuma noção do seria eleição e nem participavam das decisões sobre **representação**, de acordo com Murilo , não tinham conhecimento do que era escolher um representante, pois todo o sistema estava baseado nos **Mandantes** e **mandados**, amor à Pátria não constava do ideário das pessoas desde os primeiros anos após a Independência, muitos brasileiros nem sabiam que o Brasil era um País, para Murilo “Apenas uma pequena parte da população urbana teria noção aproximada da natureza e do funcionamento das novas instituições”. Para parte do povo desta “Terra” patriotismo era odiar os portugueses, “ e não pertencer para uma Pátria comum e soberana” (Murilo p.32). Já no Período do Império as disputas eram intensas entre os coronéis pelo controle local, porque isso significava dominar a escolha do delegado, do juiz de Paz, do Padre, e influência em todas as decisões que lhe favoreciam , ficando para o povo em geral, inclusive os votantes que eram apenas 5% da população a compreensão e a obediência as determinações dos **Mandantes**, que se intitulavam **representantes** sim, de seus interesses e o povo aprendendo ser submisso e desligado de seus direitos, pois só lhe proporcionavam dissabores. Isto mesmo após a proclamação da República, onde até piorou pois na monarquia que havia uma espécie de parlamentarismo então cada pouco tempo o

Imperador D. Pedro II convocava eleições e eram trocados o **Partido Conservador** pelo **Partido Liberal** e vice versa, com isso não havia tanta segurança, para exercer o poder opressor, como ocorreu na Primeira República, inclusive com a política dos governadores, onde quem ganhava as eleições prometia todos o apoio dos deputados para o governo central por quatro anos.

Como poderemos exigir de um povo que passou praticamente toda a sua existência na prática da submissão. Nos períodos “democráticos” as práticas de opressão eram até maiores que em períodos de ditadura, como foi a Era Vargas, que mesmo com o poder totalmente centralizado os direitos dos trabalhadores e dos povos mais pobres se ampliou e o coronelismo foi duramente reprimido, os meios de comunicação tinham que obedecer aos ditames do Estado e não podiam fazer as vontades de seus donos, com isso o povo conseguia se livrar das garras dos opressores, mas na verdade sofriam a manipulação **oficial** que era menos danosa para seus interesses do que aquela proporcionada por seus **mandantes**, mas sem exercitar sua autonomia de escolher os seus **representantes**, Essas práticas na vida política influenciaram e muito a mentalidade dos eleitores brasileiros por que até os dias atuais tem em sua mente o papel desempenhado pelas elites que hoje controlam as comunicações bem como os meios de produção. Com séculos de manipulação a descrença é evidente por isso a escolha dos **representantes** costuma ser frustrante com **representantes e representados** não tendo uma linha de ação em comum, com prevalência em linha de regra dos donos do poder. No livro de Marcelo Baquero, p.99, segundo a pesquisa da *Asociación latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP, 2005)*, “as características históricas (patrimonialismo, autoritarismo, clientelismo, e exclusão )que marcam a relação entre Estado e Sociedade na América latina explicam a sua crise estrutural”. Isso contribui para tentar explicar a grande dificuldade que nosso povo tem para escolher seus **representantes**, e a apatia na participação do processo político para a criação de líderes autênticos e maior participação nos candidaturas para qualquer cargo público onde depende de votos para assumir uma responsabilidade.

## **FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

A participação política da juventude está aquém do permissível, a culpa é de quem? A escola tem sido um dos elementos significativos deste comportamento alheio dos alunos ao processo de escolha de seus representantes na simples atitude de indicar o líder de classe, como ouvimos um pedagoga, Gladis Romani: “os nossos alunos parecem que quanto mais o aluno/a for conversador e irresponsável mais os colegas lhe atribuem confiança, principalmente se for um novato na turma, que não fazia parte da turma nos anos anteriores, dificilmente conseguem escolher alguém que assuma a responsabilidade e o compromisso de representar melhor a turma” essas palavras da pedagoga nos fazem refletir sobre o treinamento que nos remetem à executar com alunos do ensino fundamental do Colégio Graciliano Ramos de Santa Helena. Esta afirmação é corroborada com outros dois colégios Ildo José Frintzen, de ensino fundamental e médio, no município de Entre Rios do Oeste a equipe pedagógica através de sua diretora Margarete, das pedagogas: Solange Seibel e Daniele Oberger tomaram a decisão de escolher os líderes de turma através do consenso entre o professor responsável da turma e a equipe pedagógica pelos motivos das escolhas recaírem sobre alunos(as) com pouco perfil de liderança, e quando tem perfil de líder se enquadra como produtor de encaminhamentos negativos, em sua grande maioria. Como havia o indicativo que nova escolha de liderança alguns alunos (as) começaram a agradar os colegas com bombom e outros presentes para serem escolhidos. Como podemos perceber a ação de nós professores se faz necessária e imprescindível para colocar um alicerce na consciência das crianças desde do início da vida escolar, para valorizar as suas atitudes no processo de escolha, bem como, poder transmitir o processo de escolha e suas consequências, tanto positivas ou negativas dos atos que são praticados por nós.

No Colégio Castelo Branco, Ensino Médio do município de Santa Helena onde a equipe pedagógica tomou a decisão idêntica ao colégio do município vizinho, pois algumas lideranças tem a preocupação principal estimular a turma a fugir das aulas, enfrentar, e desclassificar professores, a construção da responsabilidade não é tornar os alunos/as submissos, mas que tenham mais atitudes positivas. Percebemos que o candidato tem como primeiro objetivo buscar o seu destaque pessoal, sem se preocupar com o sucesso da turma, dos objetivos da educação na

formação de cidadãos críticos, autônomos e autênticos. Pela nossa convivência podemos constatar também que, quando a liderança escolhida tem as características ideais de um líder as aulas fluem com melhor assimilação do conhecimento e aprendizagem dos conteúdos com os objetivos da disciplina sejam alcançados e as dúvidas esclarecidas, com questionamentos pertinentes. E o professor (a) desenvolvendo o seu raciocínio evoluindo para a melhor compreensão da realidade e muitas vezes desafiado a se especializar e aprofundar seus conhecimentos pois os alunos (as) assim exigem. Quando isso não ocorre é por que o processo não foi bem conduzido? Por que não havia naquela turma umas pessoas com o perfil ideal? Se não havia é porque não foi treinada nas turmas anteriores? A formação daquela comunidade não desperta o exercício da liderança? Quando existe várias pessoas que querem o posto de líder também não é negativo? Como devemos atuar para que seja despertada as lideranças mais positivas possíveis? Ou seja, nosso desafio é grande. A discussão de políticas nacionais, estaduais e municipais devem ser colocadas em discussão? Se os pais não gostam que se fale em política em sala de aula. Como vamos demonstrar e estimular as boas práticas? Como podemos despertar a necessidade de bons líderes para melhorar o funcionamento de nossa sociedade?

A mudança de paradigmas no ensino se faz necessária e de forma indiscutível para que possamos ter também um amadurecimento nos nossos conceitos sobre o trabalho político, para construção de uma sociedade mais autônoma e crítica. Como exposto acima os professores estão caminhando pelo traçado mais simples, não enfrentando os obstáculos que enfrentamos pelos séculos de tradição de servilismos dos brasileiros desde sua colonização. O salto para conscientização deve ter início no próprio quadro do magistério para movimentarmos o primeiro motor como observava Aristóteles em sua análise no funcionamento do universo. Assim devemos dar o impulso para agitar os meios educacionais, com a secretarias de Educação dos Estados, das Secretarias municipais para que nas formações para promover a emancipação dos agentes educacionais e os professores (as) para a tarefa de despertar para a vida em sociedade. Porque se reclamamos da baixa qualidade de nossos representantes é porque a disponibilidade de matéria prima de melhor qualidade está em falta. Tudo que ali está foi avalizada um dia pelo voto da

maioria. Verdade que os mecanismos construídos para que isso ocorresse forma originários de vícios desde o período colonial.

Se mantermos os nossos educandos distantes do processo, cada vez fica mais distante a modificação na maneira de conduzir a nossa vida em sociedade porque que o espaço na condução dos destinos do Brasil, dos Estados ou dos nossos municípios serão ocupados por oportunistas e “espertalhões” que continuarão o modelo iniciado pelos nossos colonizadores e mantidos pelos “ Os Donos do Poder” como bem disse Raimundo Faoro em seu livro com esse nome em sua primeira edição, em 1958.

Os trabalhos para serem elaborados por nós terão todos os questionamentos que propomos, para serem desenvolvidos com muita habilidade, criatividade, coragem, empolgação, e principalmente com muita persistência. Porque os desafios serão muitos, começando pelos familiares, pelos próprios professores que muitas vezes tem compromisso com algum grupo político e interpretam como uma tentativa de proselitismo político; os próprios deputados que atualmente tem proposto leis para fazer uma escola sem partido, talvez para continuar se mantendo no poder explorando a incapacidade da população em observar melhor as suas condutas e suas propostas de pouco efeito social , mas de condutas que buscam a manutenção de seu poder como dos mesmos de sempre, as elites econômicas que tem mantido poder por cinco séculos. Sabemos que um trabalho para a politização de nossa população deve começar na escola. Desde a nossa preparação, com novas metodologias, didáticas envolventes e despertar nos alunos. O auxílio dos meios de comunicação serão indispensáveis para preparar a comunidade para os objetivos do trabalho de formação de lideranças, em qualquer setor da sociedade, bem como, para ocupar cargos na vida política. A preparação deve contar principalmente com apoio da equipe pedagógica e da direção dos colégios, bem como de todos os professores do educandário para haver sintonia com a necessidade de preparação para a vida política, pela formação de pessoas aptas para exercer a função de **representante**, bem como, saber o exercício de como ser bem **representado**, por isso, a tarefa de cobrança criteriosa no momento da escolha.

Por isso sugerimos um **plano de aula** para os três anos do ensino médio. Seriam necessários utilizar aulas desde a 1ª série, no mínimo dois meses para

trabalhar a história da política, das primeiras regras de convivência no início do período neolítico até a formação das primeiras civilizações, com as primeiras leis escritas. (Código de Hamurabi) e outras até a formalização da Democracia ateniense, sua origem, as consequências para aquela civilização e para o mundo Ocidental até hoje. A Lei das Doze Taboas e o Império Romano. Como as leis se modificaram? Como as classes subalternas conquistaram a participação nas magistraturas? Como eram instituídas as representações na época e hoje? Como perderam o poder? Aulas expositivas inicialmente, e seguindo com pesquisas dirigidas sobre os filósofos que defendiam a política com Aristóteles, Platão, Sêneca. Plotino, e outros. Fazendo com que os aluno/as percebam por sua própria observação a necessidade de participação de cada um, no processo de construção de uma sociedade.

Nas aulas para a 2ª série seriam discutidos a participação das pessoas no período medieval. Como participavam as pessoas? Existiam leis e regras? Escritas ou consuetudinárias? Existiam juízes? Ou prevalecia a lei do mais forte? Tudo isso com pesquisas, onde os próprios alunos fariam a investigação conduzida pelo professor/a para fazer um paralelo com os dias atuais, filmes seriam exibidos para demonstrar a formação daquelas sociedades. Outro ponto do estudo nesta série seria a transição do período medieval para o período moderno, com a construção dos “Estado”, dos governos absolutista, sempre procurando demonstrar a importância do ser humano no processo. Como era a participação do povo? Era permitido a participação da população? Ou so reis tinham o poder de mandar prender e soltar? Os filósofos do período como: Maquiavel, Hobbes, Voltaire. Rousseau, John Locke, Stuart Mille, Karl Marx e outros, como suas maneiras de pensar, podem mudar uma sociedade. A forma sempre é com aulas expositivas e pesquisas feitas por aluno/as com os filósofos e sociólogos, as revoluções burguesas, tanto a inglesa como a revolução Francesa. Como a participação do povo é importante para haver conquistas dos direitos, sempre com lutas e muitos sacrifícios. As Declarações de Direitos na Inglaterra, nos EUA, e na França. Como essas declarações produziram benefícios para os seus habitantes e com reflexos para toda humanidade. Os retrocessos ocorridos, por que isso acontecia? Como manter as conquistas?

Na 3ª série o estudo deve se aprofundar no sentido do entendimento no sentido de entender com maior profundidade como se constitui a representatividade, se essa representatividade é real? Até 1932 as mulheres não votavam, os analfabetos não votavam (que eram mais de 80% da população. Portanto somente um pequeno percentual tinha poder o povo estava alheio ao que acontecia no centro do poder. Hoje mudou alguma coisa? A mulher tem direito, no entanto, só um pequeno percentual está no Parlamento, os ruralistas dominam o parlamento, por isso tem os melhores benefícios. Como mudar isso? Por isso as pesquisas a serem feitas pelos alunos nos dados do IBGE para descobrir a composição do perfil da população e sua participação no parlamento. Como são feitas as campanhas? Como são realizadas as escolhas dos candidatos? O povo participa? Ou são oferecidos candidatos das elites só para o povo legitimar a sua efetivação no poder? Até a mais simples questão existe carência dos alunos. Quantos representantes tem cada Estado? Como são estabelecidas essas regras? Qual o verdadeiro papel dos parlamentos? Qual a função das Câmaras de vereadores? Das Assembleias Legislativas? A Câmara dos deputados federais? O Senado? Essas são questões que devem ser debatidas desde da 1ª série.

Afinal, a discussão política em todas as séries se torna uma necessidade para emancipar os nossos alunos/as. Como fazer isso? Aqui colocamos algumas ideias de aulas sobre política e representatividade, entendo que o aperfeiçoamento se faz necessário, e sua orientação é imprescindível para promover a maioria no campo político.

## **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AUTÔNOMA**

Os meios de comunicação mereceram um capítulo especial na CF 88 nos Art. 220 até o Art. 224, com seus parágrafos e incisos, Sendo os pontos principais são as garantias da livre comunicação como o **Art. 220 A manifestação do**

**pensamento, a criação , a expressão e a informação , sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição observado o disposto nesta Constituição.** Neste artigo podemos perceber a garantia da expressão, no entanto, quando a livre comunicação garantida na Constituição contraria os interesses dos grandes interesses: grupos econômicos, grandes corporações, interesses de grupos dominantes, será que terá a liberdade garantida na Carta magna? Será que o denunciante terá sua integridade física preservada? Como aconteceu com um jornalista aqui em Santa Helena que possuía “O Jornal Costa Oeste”. O jornal denunciava um grupo que queria assumir o poder e compor uma chapa nas eleições, onde fazia reportagens semanais contrariando o grupo interessado, foi friamente assassinado em março de 2012. Até hoje as investigações não avançaram nada, o assassino que foi filmado praticando o crime alegou que estava cobrando uma dívida e por isso teria ocorrido a execução sumária. Ficou um mês preso e depois disso estava circulando nas ruas da cidade, nas festas, nos campos de futebol, até que em 2017, acabou sendo vítima daquilo que era o objeto de sua vida e acabou com sua existência em um atentado no horário de meio dia em um bar no Distrito de Moreninha, município de Santa Helena. Sabíamos também que este homem tinha muito acolhimento nos meios policiais e de autoridades estaduais e federais, para fazer os “serviços” necessários para manter a “liberdade de expressão”.

Evidentemente que estas práticas não são regras nos demais municípios brasileiros, as rádios comunitárias tem sido um instrumento interessante de comunicação, que está sendo pouco utilizada para melhorar a conscientização política, mesmo não sendo de caráter comercial dependem das colaborações para continuar prestando o serviço, necessitam de manutenção, as pessoas que trabalham precisam ser remuneradas, por isso a contribuição indispensável. Quem serão os contribuintes? Pessoas que tem suas ideologias, se as comunicações seguirem um caminho diferente de suas pretensões, logo o patrocínio desaparece.

O que observamos são os diversos meios praticando o mais simples de para “buscar” recursos nas administrações municipais, estaduais e federais, bem como, em autarquias é armazenar uma porção de reportagens negativas para sentar na mesa de negociação com elementos “convincentes” para conseguir um bom contrato. Caso não haja acordo os problemas da gestão começam aparecer com

grande intensidade, as realizações “desaparecem” .A opinião pública como reagirá? Terá que buscar alternativas em outros meios, reforçar o seu departamento jornalístico. Muitas vezes com mais parceiros simpáticos a seu grupo político. Como fica a capacidade de julgamento e observação da pessoa do **representado**. Esse procedimento é quase padrão nas empresas de comunicação do Brasil inteiro, com algumas variações. Grupos de comunicação são montados com exclusividade para atender interesses ideológicos e comerciais, de interesses multinacionais, muitos com a influência velada de “sociedades secretas” onde sua irmandade com objetivos escusos e dissimulados também fazer a cabeça das pessoas para que sejam simpáticas as suas causas. Segundo MIGUEL L. F-(2014 p.140) “ a confiança quanto a justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato”. Miguel também afirma “” confiança quanto a justeza na seleção e hierarquização das notícias diante estoque de “fatos” disponíveis”. Quais as causas? Causas que não tem como objetivo emancipar as pessoas, muito menos despertar o censo crítico, pelo contrário é para anestesiar e alienar divertindo-as justamente serem refém dos interesses dos grupos exploradores da nossa sociedade. A nossa CF 88 em seu **Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:** com Quatro incisos sendo que o **I- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas:** Os constituinte tiveram a percepção de que a concessão pública aos meios de comunicação teria objetivos nobres. No entanto, temos dificuldades para coibir o descumprimento destes princípios, para distorcer mais e garantir a livre comunicação o **Art. 220 ganhou o § 1º- Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.** Se por um lado garante a informação e preserva as fontes o que seria ótimo para a qualidade da informação. Por outro lado protege as notícias difamatória, os vazamentos criminosos de autoridades corruptas que o objetivo e difamar e destruir reputações e atender projetos maiores de tomada de PODER, alienado os adversários daquelas políticas que interessas aos grupos empresariais que querem o campo livre para ampliar seus negócios e demonizar doutrinas contrárias aos seus “Propósitos” . De acordo com MIGUEL, L.F.(2014, p.153) “O que os elitistas apontam como “natural”\_ a desigualdade política, a profunda divisão

entre governantes e governados \_ é fruto de uma organização social que concentra em poucas mãos o capital político”. Portanto, esse processo continua Miguel “” a plateia decide quem vai para os bastidores, (...) as escolhas são controladas por grande capitalistas e chefes militares que não participam do pleito”. Como o povo em geral irá decifrar o que realmente interessa? Se o que é reivindicado foi induzido pelos “grupos” através da mídia? Eis a questão que estamos discutindo, como adotar uma postura em relação as informações que cada um recebe? Será que as pessoas conseguem discernir, para escolher um **representante** que atende as suas aspirações? Evidente que fica difícil, para haver equilíbrio nas mensagens que o cidadão absorve, somente com órgãos de comunicação contrário àqueles. . Como diz Noam Chomsky, em um site *Revelati Online* “ O propósito da mídia não é informar o que acontece..., mas sim de moldar a opinião Pública de acordo com a vontade do poder corporativo dominante”. Por isso, para enfrentar as forças econômicas e conseguir manter qualquer instituição e meios de informação são necessários recursos que serão buscados aonde existem, onde há disponibilidade, que não é fácil, muita disposição de idealistas, que terão se dedicar em dobro para tentar equilibrar a comunicação, e outros interesses que estimulem também a participação. Pergunta-se seria possível uma comunicação livre? Alguns países como os nórdicos os meios de comunicação são públicos o que proporcionaria um equilíbrio de esforços para adquirir posições de destaque, para elaborar a programação, sem disputa com o capital econômico que é dissimulado. Assim os interesses prioritários serão o de informar, de educar, de produzir o senso crítico, e de promover a emancipação de cada ser humano. Uma ideologia poderá predominar, mas os interesses de dominar e submeter serão mais restritos.

Hoje outras informações são comuns, como as redes sociais que instantaneamente nos comunicam. O que ocorre é que a quantidade de notícias falsas que são publicadas sem nem uma preocupação com suas consequências, muitas vezes sem intenção mas por falta de sensibilidade e interpretação dos acontecimentos, A disseminação “fatos” que, que nem aconteceram, mas que pela ânsia de conquistar notoriedade as pessoas divulgam produzindo desencontros e intrigas desnecessárias. Também existe equipes especializadas em divulgar notícias depreciativas no campo político para desqualificar adversários políticos. Como recentemente o Facebook foi interpelado por ter vendido dados pessoais e perfis de

pessoas para agências de publicidade e partidos políticos para se dirigir as pessoas já conhecendo suas preferências, para alimentar e fixar mais ainda as convicções e torna-los fanáticos e divulgadores gratuitos das aspirações de “grupos interesseiros”.

Portanto, se quisermos ter uma sociedade mais participativa com capacidade de discernimento e a compreensão de suas reais necessidades, uma comunicação qualificada, responsável e indispensável.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que concluímos nos estimula ainda mais a pesquisar sobre este tema , pois ao iniciar tínhamos uma ideia e um projeto , mas que ao aprofundar as nossas leituras, constatamos que o conceito de **representação** em todos os sentidos é mais complexa que poderíamos compreender anteriormente. A principal conclusão que podemos visualizar é que estamos distantes de um processo político democrático na realidade. Nossa pesquisa nos demonstrou que precisamos estudar muito mais, pois o que lemos, o que constatamos necessitam de mais leituras e mais estudos para avançarmos na discussão sobre a condição da representação política que demonstrou uma multiplicidade de visualizações sobre o tema, tanta na história das representações iniciadas na Grécia Antiga, até as representações construídas no decorrer dos tempos, bem como, nas democracias e políticas da atualidade.

Vários setores da nossa sociedade têm responsabilidade na construção de uma sociedade onde sua população poderá estar emancipada, e cônica de suas obrigações, começando pela educação onde os governantes, tanto da esfera Federal, Estadual e municipal, bem como, a direção das escolas, equipe pedagógica, professores, familiares e principalmente os alunos que precisam ser estimulados para se situar melhor em seu meio, entender que o que existe, tanto na cultura, no economia, ou no social foi construído por seres humanos que pensaram, idealizaram a sociedade que estamos convivendo, se equívocos são cometidos é porque os mecanismos de convivência são falhos, que para corrigi-los é necessário pensar, refletir para produzir meios revolucionários para buscar o que os filósofos da antiguidade já perseguiram, como os helênicos buscando a *ataraxia* (Imperturbabilidade da alma). Ou os cosmológicos, que pesquisaram a origem do

universo, da vida e dos seres humanos , ou os antropológicos que discutiram o comportamento humano e por isso surgiu a política, a representação e a nossa **Democracia**, tão discutida, tão reclamada, tão utilizada indevidamente ou como um conceito mal interpretado.

Para que o termo Democracia quer dizer o “poder do povo” são necessários atitudes de todas as pessoas conscientes, que através dos meios de comunicação possam se comunicar com todo cidadão para que isso aconteça, as empresas que possuem a concessão para produzir seus programas, seus jornais, rádios, televisão, blogs, sites, afinal tudo que reproduz precisam ser isentos ter uma comunicação construtiva, edificadora, esclarecedora, e por consequência educadora, que não se procure manter a audiência e a preferência a todo custo, onde programas que estimulem a violência sejam desestimulados, que a preocupação com a informação e a verdade sejam a busca incessante, que a responsabilidade se priorize sempre a construção de novas ideias e principalmente que proporcione a emancipação e o estímulo na participação da vida pública tanto como **representante** real de um grupo de pessoas, de uma parte da sociedade, e como **representado** consciente e saiba escolher o seu procurador.

## REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, J.A.Guilhon. **Instituição e Poder: A análise concreta das relações de poder nas instituições.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.
- BAQUERO, Marcello (Org.). **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia.** 10. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/a, 2000. Marco Aurélio Nogueira.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Política em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2012
- GÉNÉREUX, Jacques. **O Horror Político: O Horror não é Econômico.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2003. Eloá Jacobina.
- GOMES, Eduardo Teixeira. O ////governo representativo em JohnStuart Mill/; Representações e paradigmas. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 6., 2017, Vitória. **Anais do VI Congresso internacional UFES/Paris-Est.** Vitória: Ufes, 2017. v. 1, p. 276 - 296.
- HARWOOD, Jeremy. **Filosofia: um guia com as ideias de 100 grandes pensadores.** São Paulo: Planeta, 2013. Henrique Monteiro.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011. Hingo Weber.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: Territórios em Disputa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MONTESQUIEU, Charles- Louis de Secondat de. **Do Espírito das Leis.** 2. ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2014. Roberto Leal Ferreira.
- MOUSSE, Claude. **Atenas: A História de uma Democracia.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. João Batista da Costa.
- NAZZARI, Rosana Katia. **Empoderamento da Juventude no Brasil: Capital:social, Família, Escola e Mídia.** Cascavel: Editora Coluna do Saber, 2006.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassaneki (Org.). **História da Cidadania.** 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social: Princípios do direito Político.** 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2008. Ciro Mioranza.
- SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da, **Autoritarismo e impunidade.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

SPONVILLE, André Comte. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 2. ed. São Paulo, 2009. Eduardo Brandão. Editora Positivo

.

.